

Fls. Nº 06
Proc. Nº 9002/20
Rubrica SV
Paço do Lumiar-MA

ESCOLA COMUNITARIA ALTO DA ESPERANÇA

Projeto Político Pedagógico



“EDUCAÇÃO INFANTIL CUIDAR E EDUCAR”
O fazer pedagógico no cotidiano escolar.

2018

Sumario

Introdução.....	07
Justificativa	09
Identificação da escola.....	13
Histórico da Criação.....	20
Legislação que credencia a escola (metodologia).....	29
Pressupostos.....	32
Organização curricular.....	40
Perfil do Educador.....	41
Organização Administrativa, Pedagógica (coordenador).....	46
Plano de ação do Gestor.....	52
Os Princípios da Educação Infantil.....	39
	40
REFERENCIAS.....	53

ANEXOS

FICHA DE ACOMPANHAMENTO.....	
.....	
Registro Escolar e Documentação REGIMENTO.....	

Fls. N° 08
Proc. N° 9008/20
Rubrica W
Paço do Lumiar-MA

As crianças têm necessidade de pão, do pão do corpo e do pão do espírito, mas necessitam ainda mais do seu olhar, da sua voz, do seu pensamento e da sua promessa. Precisam sentir que encontraram, em você e na sua escola, a ressonância de falar com alguém que as escute, de escrever a alguém que as leia ou as compreenda, de produzir alguma coisa de útil e de belo que é a expressão de tudo o que trazem nelas de generoso e de superior.
Célestin Freire

Introdução

Desde 1996, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, o projeto político pedagógico vem sendo construído com propostas de novos caminhos, para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e função social da escola, obrigam a um pensar e a uma reflexão contínua de todos que estão envolvidos neste processo. A Escola Comunitária Alto da Esperança apresenta o presente plano de trabalho para ser desenvolvido no biênio 2018 e 2020. Este Projeto Político Pedagógico (PPP) baseia-se na política educacional vigente, preconizada pelo Ministério da Educação.

A escola Comunitária Alto da Esperança ao elaborar este documento busca destacar a função principal da entidade que é *cuidar e educar*. Solidifica desta forma, seu papel social possibilita às crianças o sucesso educacional, preservando seu bem-estar físico, e estimulando seus aspectos cognitivo, emocional e social.

Decidimos por uma fundamentação pedagógica que permita acompanhar o educando em seu desenvolvimento considerando suas particularidades e ao mesmo tempo oferecendo suporte afetivo e educativo.

O PPP é uma proposta flexível a ser concretizada nos projetos educacionais, planejados semanal, e anualmente. Nela estão contidas as tendências pedagógicas utilizadas na Escola Comunitária Alto da Esperança, bem como o sistema de estimulação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças. As metas aqui propostas efetivar-se-ão em parceria com toda a comunidade escolar e com o real comprometimento de todos os profissionais que a elaboraram.

Fundamenta-se na construção de um conhecimento que não é pronto e acabado, mas que está em permanente avaliação e reformulação, de acordo com os avanços dos principais paradigmas educacionais da atualidade ou outras alterações que se fizerem necessárias.

Não deseja ser, portanto um manual de ação pedagógica, mas um caminho aberto para ser enriquecido pela dinâmica da prática, tanto nos aspectos estruturais, como nos conteúdos e metodologia educacionais praticados. Pretendemos que este PPP seja o impulsor e condutor do bom desempenho da equipe escolar no alcance das metas e objetivos propostos para o biênio.

O trabalho pedagógico desenvolvido na escola vai ao encontro: de que mundo se quer viver? Que aluno se quer formar? Para que sociedade? E eu, enquanto membro da Escola Comunitária Alto da Esperança, o que posso fazer para transformar as relações na escola? A proposta foi desenvolvida após o diagnóstico do levantamento desta população, discussões junto com a direção, professores, alunos, funcionários e a comunidade. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Comunitária Alto da Esperança, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos.

Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas. A importância

do PPP da Escola leva em conta a trajetória da comunidade, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade. A Escola Comunitária Alto da Esperança, desde 2014, quando da primeira edição do seu PPP, a qual abarcava as concepções pedagógicas e a forma de materialização de suas ações, vem trabalhando, sistematicamente e com afinco, em defesa de uma educação com qualidade social. Além disso, revisitou, em cada período de sua história, esse Documento e buscou aproximação com as exigências legais e com a comunidade.

A Educação Infantil representa, na vida da criança, uma importante fase de desenvolvimento e deve ser trabalhada com muita atenção, pois as aulas devem ser direcionadas visando a aprendizagem efetiva dos alunos, possibilitando a eles a apropriação de saberes de forma interativa e envolvente.

Aliando a ludicidade ao processo de ensino-aprendizagem do educando, o professor atua como mediador, utilizando de vários recursos e estratégias para alcançar seus objetivos, tornando esse processo agradável. Aprendendo a lidar com questões diárias desenvolvendo raciocínio lógico e aspectos físicos, cognitivos e motores.

O Aprendizado é cotidiano, ou seja, a cada dia a criança assimila aprendizado, mesmo que seja de um único brinquedo ou mero ato de pintar figuras geométricas ou colar barbantes no papel, pois a cada dia, sua forma de pensar incorpora, se aprimora, repensa em uma forma mais divertida de brincar, aproveitar melhor o tempo, usar brinquedos ou instrumentos artísticos com mais destreza ou mais conforto, assim pode-se pensar de que a criança é um ser em constante transformação e capaz, sim, de criar alternativas de usualidade e acomodação e assimilação de aprendizado por meio do lúdico e artístico.

Conforme Crottie e Magni(2011) é interessante também constar de que o lúdico artístico é um componente de ensino de grande planejamento por parte dos gestores e professores, onde continuamente, se observe o desenvolvimento da criança no brincar, para que neste ato prazeroso, possa ser fonte de aprendizado e desenvolva estratégias lúdicas de aprendizagem. Um dos principais focos norteadores da educação infantil é a condição da alfabetização e segundo Soares (2013), a perspectiva de alfabetização

Percorre, na sua dimensão individual, apesar de se considerarem a alfabetização uma tarefa difícil, deriva-se dois processos fundamentais: ler e escrever. Tatit e Machado (2011) comentam que o modo de aprendizagem dos alunos é um fio condutor importante nas propostas de ensino. É interessante de que o aluno, nas bases da aquisição do saber, inclua o fazer artístico, para que formalize em seu repertório de aprendizado, o binômio entre fazer e entender possa somatizar ao conceito de que também são consideravelmente importantes os processos de aprendizagem da leitura e os processos de aprendizagem da escrita. Há quem diga de que escrever nada mais é do que desenhar simbologias textuais.

Ler e reler, sob a perspectiva de sua dimensão individual, é um conjunto de habilidades e conhecimentos linguísticos e psicológicos, estendendo-se desde a habilidade de decodificar símbolos e letras, até a capacidade de entender um trecho de frase (SOARES, 2013, p. 23).

Atualmente, as instituições de educação infantil, sejam elas de cunho público ou privado, tem como desafio esclarecer desafios sócios psicológicos que permeiam a criação da criança, como a globalização, o reflexo do consumismo, informações rápidas e em algumas vezes, desconstruídas à formação do ser humano. Tome-se como exemplo as bonecas Barbie e os

desenhos animados com excesso de recursos tecnológicos. A educação infantil busca traçar alternativas de se encarar estas ditas forças padronizadora, sejam elas padronizadoras de estética artística, condição social e opinião pública. Outro grande desafio das escolas, em se tratando de contextos, são as tradições históricas, culturais e políticas.

A diversidade de recursos humanos que permeia a vida de um país incide nas concepções a respeito das funções da educação infantil. Para tanto, o lúdico e artístico colabora com formulação de identidades e constituição cultural da criança, com as devidas leituras narradas e resgate de jogos folclóricos, onde se explora no seu lúdico, o senso de coletivismo e abrangência de saberes (RCNEI, BRASIL, 1998).

Quantas vezes não se veem crianças chorando na porta da escola, dizendo para a mãe ou responsável que não quer ir para a escola, que prefere ficar em casa brincando. O lúdico na educação, segundo Rau (2011), o educador deve buscar o conhecimento sobre o que faz e sobre por que motivo o faz a boa recepção dos alunos.

Cotidiano este que deve ser prazeroso para melhor aprender e já se inicia numa boa agenda para a rotina inaugural da semana, visando o domínio dos instrumentos pedagógicos para melhor adaptá-los às exigências das novas situações educativas, como a diferença de opiniões, cargas psicológicas trazidas de casa por cada criança (criança que não quer dividir o brinquedo por causa da pobreza existente em casa etc.) (RAU, 2011).

A proposta parte do princípio de que o desenvolvimento humano não decorre nem de ações de fatores ambientais ou da hereditariedade, mas sim de trocas recíprocas que se estabelecem durante a vida entre o meio e o indivíduo, cada aspecto influenciando sobre o outro. O ser humano insere-se em uma linha de desenvolvimento condicionado, tanto pela operação de mecanismos gerais de interação com o meio, como pelo equipamento bi comportamental da espécie.

Desta forma, a criança modifica sua perspectiva, operacionalizando estratégias que condizem com a adaptação do ambiente, atribuindo significados, formas culturais de ação, transformando sua maneira de pensar, agir e se expressar (SANTOS, 2004)

O recente texto pronuncia a autonomia político pedagógico administrativo da gestão democrática da instituição. É um documento, um meio de viabilizar a escola democrática para todos aqueles que nela estão envolvidos direta ou indiretamente. Esta Proposta Pedagógica tem como objetivo principal nortear o processo educativo que influencia decisivamente o ensino-aprendizagem da criança, os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança são valorizados e respeitados de acordo com o potencial de cada um. Sendo a educação um meio social diretamente ligado ao ser, nos preocupamos em orientar esse processo educativo social como momento de descoberta da criança.

Assim, levando-se em conta a realidade educacional em que estamos inseridos, a Escola Comunitária Alto da Esperança elaborou sua primeira Proposta Pedagógica em sintonia com a LDB de 1996 que afirma:

O desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB/96, capítulo II, artigo 29) juntamente com o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (RECNEI). Com o PNE, plano Municipal de Educação de Paço do Lumiar e Constituição Federal de 1988.

formas de crescimento, mas que as diferenças não devem ser resolvidas com a violência, mas com respeito, tolerância, diálogo e ações coerentes e eficazes à solução dos conflitos.

Com consciência:

- *antropológica* - que reconhece a unidade na diversidade; que valoriza as múltiplas competências na perspectiva da diversidade compartilhada e não na direção da desigualdade;

- *ecológica* - que reconhece a biosfera como o habitat de todos os seres mortais, nutrindo valores de boa convivência e equilíbrio;

- *social terrena*- de pertencimento mútuo que nos une à nossa Terra, baseada na responsabilidade e solidariedade com os filhos da Terra; de identidade genética, cerebral, afetiva comum presente em nossas diversidades individuais, culturais e sociais; de reconhecimento da identidade terrena onde partilhamos um destino comum, pois o mundo torna-se cada vez mais um todo, cada parte do todo faz parte do mundo, trazendo a sua singularidade, e o mundo estão cada vez mais presentes em cada uma de suas partes, sem homogeneizar;

- *sobre a globalização*- na busca por somar, compartilhar, multiplicar e não dividir; com a intenção de quebrar as fronteiras que delimitam o poder, o individualismo, as desigualdades, a nacionalidade ultrapassada; que respeite a pluralidade cultural, étnica, ideológica, religiosa; que as sociedades não interiorizem modelos externos indiscriminadamente, mas reflita sobre eles, processe e incorpore à sua realidade o que for significativo para ela;

- da condição humana - vista de maneira complexa, sendo objeto de todo o ensino com base numa educação inserida no contexto que se apresenta.

3.3 DA VISÃO DE SOCIEDADE

Íntegro, que respeite a si mesmo e aos outros, solidário, capaz de integrar seu projeto pessoal com o coletivo, que respeite as leis naturais e sociais, consciente de ser construtor da história pessoal e coletiva, cidadão local e do mundo, esperançoso e atuante nas transformações sociais, que valoriza o patrimônio coletivo, que cuida da preservação do ambiente, que saiba resolver conflitos com diálogo, que aceita e integram as diferenças, atento aos acontecimentos do mundo, que expresse opinião construída pelo estudo consciente da questão ou do contexto para tomar posição baseada em argumentos, que tenha consciência de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos.

3.4 DA VISÃO DE CONHECIMENTO

Todos esses princípios e valores nos remetem a uma concepção de **EDUCAÇÃO** e à escolha de uma proposta pedagógica que revela esta concepção de **ENSINO-APRENDIZAGEM DE CONHECIMENTO**.

Acreditamos que o conhecimento construído historicamente, deve ser apresentado à nova geração (ensino), não como simples transmissão, estático e acabado, mas de maneira viva, que possibilite ser

Nessa concepção, tanto os indivíduos como os grupos de indivíduos constroem ideias sobre o significado e o funcionamento do mundo. A forma pela qual os indivíduos dão sentido ao mundo varia amplamente e os pontos de vista individuais e coletivos mudam com o tempo. A postura sociointeracionista da construção do conhecimento acredita que o homem é dotado de uma consciência reflexiva, que lhe permite construir seus conceitos de realidade e alterá-la. O homem e, portanto, o aluno, não é um ser passivo, que apenas vê e ouve a realidade e a registra. Esta, por sua vez, não é estática, não é algo pronto e acabado, é construída no encontro entre sujeitos humanos e o mundo em que vivem.

A possibilidade do ser humano se constituir enquanto sujeito e de se apropriar das conquistas anteriores da espécie humana (cultura) está, de um lado, relacionada ao desenvolvimento de seu sistema nervoso e, de outro, à qualidade das trocas que se dão entre os homens, ou seja, à qualidade do processo educativo do qual faz parte. Desta forma, consideramos que tanto a maturação quanto o processo educativo, incluindo aí o ensino, exercem influência sobre a construção de conhecimentos e, portanto, sobre a constituição e desenvolvimento dos seres humanos.

O processo de ensino e aprendizagem é concebido para formar sujeitos autônomos, participantes de um mundo que está em constante

mudança, exigindo, sempre, posicionamento e reflexão de quem nele atua. Para isto, as propostas de trabalho para o aluno devem dar condições para que ele exerça a tomada de decisões; desenvolva a capacidade de colaborar e trabalhar em equipe e a capacidade de desenvolver projetos, agindo eticamente.

O conhecimento, nesta perspectiva, é fruto de um processo de interação entre sujeito e objeto do conhecimento e entre os sujeitos. A relação de ensino-aprendizagem supõe um vínculo entre a sala de aula e a realidade.

3.6 MISSÃO

A Escola Comunitária Alto da Esperança tem como meta propiciar a evolução do ser humano, passando de um ser ainda dependente quando nasce, para um adulto competente e autônomo, conquistando no decorrer do tempo a sua realização pessoal, interpessoal e social.

É pela educação que o ser humano vai se capacitando para definir e escolher projetos de vida e alcançar a sua realização, que vai além da simples sobrevivência.

O ensino, portanto, deve contribuir para que o aluno construa conhecimentos das diferentes ciências, competências e habilidades, atitudes e valores, necessários para realizar o seu projeto de vida.

Nessa perspectiva, aprender não é simplesmente absorver e acumular informações. É tornar-se capaz de utilizar os conhecimentos e agir de forma competente e ética. Por isto nos identificamos com as metodologias ativas, interativas e colaborativas. Não apenas com um fazer mecânico, mas um fazer consciente e reflexivo, no qual os alunos constroem conhecimento, interagindo com os professores e o ambiente, e colaborando com seus pares. Assim, o conhecimento é construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados, levando em conta os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes.

Para isso, é preciso que a Escola tenha contextos e situações de aprendizagem suficientemente pensadas, planejadas, variadas e efetivas, para permitir que os alunos encontrem neles oportunidades reais de desenvolver conhecimentos, competências e habilidades, atitudes e valores.

Dentre as características desta concepção de ensino e aprendizagem, destacamos, assim, três grandes norteadores deste processo:

1º) A **relevância** dos conteúdos e contextos que serão aprendidos, isto é, que o aluno possa atribuir sentido;

- 2º) A **funcionalidade** de sua aprendizagem, ou seja, que o aluno possa utilizar e vivenciar o que está aprendendo em situação de vida real;
- 3º) A **significatividade**, isto é, que o aluno possa ancorar os novos conteúdos aos seus conhecimentos prévios.

Por fim, se estamos em busca de ressignificar a educação e nela, os processos de ensino e aprendizagem, é preciso ter em conta a perspectiva da complexidade proposta por Edgar Morin:

“Uma tradição de pensamento bem enraizada em nossa cultura que molda espíritos desde a escola elementar nos ensina a conhecer o mundo por meio de ideias claras e independentes. Esta mesma tradição nos estimula a reduzir o complexo ao simples, a separar o que está ligado, a unificar o que é múltiplo, a eliminar tudo o que traga desordens ou contradições para o nosso entendimento. O problema crucial de nosso tempo é o da necessidade de um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do real, isto é, de perceber as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, simultaneamente, solidárias e conflituosas. Devemos reaprender a pensar.”

3.7 OBJETIVOS

Objetivos específicos

- Explorar o ambiente numa atividade investigativa através da realização de experiências, pesquisas e projetos educativos;
- Apropriar-se das diferentes formas de representação verbal e visual, de modo a interagir com os outros através da linguagem oral e escrita e de outras formas de interação social;
- Desenvolver habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, necessárias a uma vivência saudável;
- Estabelecer relações afetivas com os adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando suas possibilidades de comunicação;
- Ampliar experiências e conhecimentos, interessando-se pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade;
- Ampliar gradativamente as relações sociais, o interesse pelo conhecimento possibilitando atitudes de respeito diversidade, ajuda e colaboração.

4- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias. O artigo 208 da constituição federal no capítulo IV garante a educação infantil em creche e pré – escola, as crianças até 5 anos de idade.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional evidenciou a importância da Educação Infantil que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma,

trabalho Pedagógico com a criança de 2 a 06 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, qual seja: atender especificidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir para construção e o exercício de sua cidadania.

Também define a finalidade da Educação Infantil como —o desenvolvimento integral da criança até 06 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Esses vários aspectos como dimensões do desenvolvimento e não como coisas distintas ou áreas separadas e fundamentais, pois evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, para promover o seu desenvolvimento integral e sua inserção na esfera pública e privada, conforme o artigo 209 da Constituição Federal o ensino é livre a iniciativa privadas atendidas as seguintes condições:

Cumprimento das normas gerais da educação nacional;
Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

O MEC em 1998 publicou documento subsídio para o credenciamento e o funcionamento das instituições da Educação Infantil. Essa publicação, organizada por conselheiros representantes dos Conselhos de Educação de todos os estados e do Distrito Federal, com a participação de representantes da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação, de membros convidados da Câmara de

Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de consultores e especialistas, sob a coordenação de dirigentes do MEC, contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas para a Educação Infantil no Brasil.

Embora a discussão sobre currículo e proposta pedagógica seja antiga em nosso País, foi no processo de articulação, levado a efeito tanto durante o período da Constituinte como nos momentos posteriores à promulgação da Constituição de 1988, que essa questão foi ganhando contornos, que envolviam a Educação Infantil. Essas discussões, que apontavam para a necessidade de uma proposta Pedagógica – curricular para a área, ganharam maior força no período de discussão e elaboração da LDB (Lei nº 9394/96, quando já era possível visualizar a incorporação da Educação Infantil no sistema Educacional). Foi nesse contexto que a Coordenação Geral de Educação Infantil – COEDI buscou conhecer as propostas Pedagógicas – curriculares em cursos nas diversas unidades da Federação e investigou os pressupostos em que se fundamentavam essas propostas, as diretrizes e os princípios que norteavam o processo no qual foram construídas e as informações metodológicas para subsidiar as instâncias, executoras de Educação Infantil na análise, na avaliação e/ou na elaboração de suas propostas pedagógico – curriculares. Dessa forma, a Lei reconheceu, ao mesmo tempo, a ação pedagógica de professores, construída no cotidiano das instituições de Educação Infantil, juntamente com as famílias e as crianças, bem como a riqueza e a diversidade brasileira, que acolhem realidades extremamente diferenciadas. Com isso,

a questão da diversidade, no que diz respeito ao currículo/proposta pedagógica, pode ser garantida. No entanto, acredita-se também que era necessário, além do respeito à diversidade, garantir certa unidade qualitativa as propostas das instituições e fornecer subsídios teóricos aos professores e as suas instituições no desenvolvimento de tarefa, determinada pela legislação.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI consiste num conjunto de referências e orientações pedagógicas, não se constituindo como base obrigatória à ação docente. Ao mesmo tempo em que o MEC elaborou o RCNEI, o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI, com caráter mandatório.

De acordo com a Resolução nº 1 de 07 de abril de 1999, no seu Artigo 2º —essas Diretrizes constituem-se na doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as instituições de Educação Infantil dos sistemas brasileiros de ensino na organização, na articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Ambos os documentos têm subsidiado a elaboração das novas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

A Constituição Federal atribuiu ao Estado, hoje ao Município o dever de garantir o atendimento às crianças de 0 a 05 anos, creches e pré-

escolas. O artigo 213 destina recursos a serem dirigidas as escolas comunitárias, com isto a Constituição Federal garante a oferta de educação de qualidade para estes alunos de 0 a 5 alunos.

Especificando ainda mais, determinou que os municípios atuassem prioritariamente no ensino fundamental e na Educação Infantil (art. 211, § 2º).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) estabelece em seu art. 11 inciso V, que os municípios incubir-se-ão de oferecer a Educação Infantil em creches e pré - escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitindo a atuação em outros níveis de ensino apenas quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Em decorrência desta responsabilidade constitucional, o aumento da matrícula de crianças de 0 a 5 anos na rede pública de ensino deu-se em função de compromisso e da vontade política de gestores públicos municipais que, apesar das restrições orçamentárias, procuraram garantir maior e melhor oferta para Educação Infantil. Aprovado em 2001, o Plano Nacional de Educação, que assim se expressa em relação às competências aos Federados:

Na distribuição de competências referentes à Educação Infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explicitas na co-responsabilidade das três esferas de governo - município, estado e União - e da família. A

Fls. Nº 23
Proc. Nº 9001/20
Rubrica 88
Paço do Lumiar-MA

articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de Educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. Quando as esferas administrativas, a União e os estados atuarão subsidiariamente, porém necessariamente, em apoio técnico e financeiro aos municípios. (art. 30 VI, Constituição Federal).

O Plano Nacional de Educação - PNE ressalta ainda que a ampliação do ensino se dá a partir da implantação e do planejamento de diretrizes para o atendimento integral da criança de 0 a 5 anos abrangendo os aspectos: físico; motor; cognitivo; emocional; psicológico linguístico e social bem como deve favorecer o desenvolvimento infantil para que a interação e convivência na sociedade sejam produtivas e marcadas por valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

5 FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

A Escola Comunitária Alto da Esperança acredita que o conhecimento só tem sentido quando possibilita ao indivíduo satisfazer sua curiosidade, sua necessidade de compreender o mundo em que vive. A construção do conhecimento só acontece se conhecermos o processo ensino aprendizagem como uma relação entre sujeitos, professor e aluno, que por estarem envolvidos no processo terão cada um as suas responsabilidades.

Fundamentos epistemológicos da Escola Comunitária Alto da Esperança apresenta sua proposta pedagógica de ensino baseada no construtivismo, também conhecido como interacionismo, oriundo da teoria de Jean Piaget, e no socioconstrutivismo ou sociointeracionismo, com base em Vygotsky, ou seja, o objetivo é levar a criança a explorar e descobrir todas as possibilidades do seu corpo, dos objetivos, das relações, do espaço e com o meio natural, cultural e

social e através disso, desenvolver a sua capacidade de observar, descobrir, pensar e conhecer. Para Carneiro Lira (2007,p.30), o construtivismo prega a constante relação entre sujeito e objeto para o ato de conhecer, porém de forma individual, centrada mais no eu, uma vez que a principal preocupação de Piaget é o desenvolvimento intelectual. No entanto, a proposta sociointeracionista, baseada em Vygotsky, preconiza a relação do sujeito com o objeto, do objeto com o sujeito e dos sujeitos entre si, de maneira conjunta. O conhecimento se dá então de forma mediada e, no ambiente escolar, tudo e todos são mediadores desse processo. O sóciointeracionismo, também conhecido como sócioconstrutivismo, concebe a aprendizagem como processo social que se realiza por meio das possibilidades criadas pelas mediações dos mais diversos agentes e de todo o contexto sóciohistórico que rodeia o sujeito. Mas para que a aprendizagem aconteça o conteúdo precisa ser significativo para a criança, que mediante as interações promove suas constantes re-significações. 10 Unir as teorias de Jean Piaget, o construtivismo, com a proposta vygotskyana parece ser um ótimo caminho para o desenvolvimento educacional, em todos os sentidos, da criança, pois leva-se em conta seu lado como indivíduo, o eu, o intelecto, e sua estada no mundo em constante relação e interação com tudo e todos. Rezende (pos. 2) evidencia a importância de Piaget e Vygotsky para o processo educacional. Piaget foca no sujeito epistêmico, que busca o conhecimento formal e científico. Sua concepção é de que a criança se constrói de forma evolutiva, por etapas, dentro de uma perspectiva interacionista (Campaner, 2015, pos. 1111). Vygotsky, por sua vez, contribui afirmando que o conhecimento é fruto das mediações entre o sujeito e seu meio, numa perspectiva sociointeracionista, ou seja, não é apenas a relação do sujeito com o mundo que o determinam, mas também da relação do mundo com ele e dele com os demais e consigo mesmo. Para Vygotsky, é através da linguagem que o sujeito se difere e se desenvolve. O desenvolvimento da linguagem é o paradigma para explicar a formação das demais operações mentais que envolvem o uso de signos. (Palangana, 2015, pos. 1594). Da teoria piagetiana, vale ressaltar a importância do respeito às várias fases ou estágios de desenvolvimento cognitivo da criança: o sensório-motor (de 0 a 2 anos), o pré-operacional (dos 2 aos 7 anos), o estágio das operações concretas (7 a 12 anos) e o estágio das operações formais, a partir da adolescência. Vygotsky também classifica fases ou estágios do desenvolvimento infantil. Sendo eles: o "estágio natural" ou "primitivo", o das "experiências psicológicas ingênuas", o estágio dos "signos exteriores" e o estágio

do "crescimento interior". Vale ressaltar que a transição de um estágio ao outro não acontecem de forma mecânica e absoluta, mas podem variar dependendo das múltiplas circunstâncias, tanto para Piaget quanto para Vygotsky. (Palangana, 2015, pos. 460; 1639). Para Piaget, o desenvolvimento cognitivo da criança significa adquirir a capacidade de apreender -> compreender-> conhecer. (Palangana, 2015, pos. 1174). Em Vygotsky, o conhecimento é fruto da interação e relações reais entre o mundo e o sujeito, que através da linguagem e das mediações, vai adquirindo significados que dão sentido à sua vida ao ponto de chegar a uma autonomia do pensar, percebendo, principalmente, que seu saber é fruto do contexto sócio-histórico-cultural, porém adquiridos dos desafios da aprendizagem e da compreensão de mundo ao longo de seu crescimento e desenvolvimento. Segundo Ferrari, O socioconstrutivismo de Vygotsky foca a interação.

Segundo - Vygotsky, todo aprendizado é necessariamente mediado – e isso torna o papel do ensino e do professor mais ativo do que o previsto por Piaget. O aprendizado não se subordina ao desenvolvimento das estruturas intelectuais da criança, mas um se alimenta do outro, provocando saltos qualitativos de conhecimento. O ensino deve se antecipar ao que o aluno ainda não sabe nem é capaz de aprender sozinho. É a isso que se refere um de seus principais conceitos, o de "zona de desenvolvimento proximal", que seria a distância entre o desenvolvimento real da criança e aquilo que ela tem potencial de aprender, ou entre "o ser e o tornar-se".

6- FUNDAMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

A criança de 0 a 5 anos, deve ser vista como um ser íntegro e sujeito de uma história social que tem direito ao conhecimento, que está sendo inserido em uma cultura e dela participar ativamente, a quem deve ser garantido o direito à educação com elevado nível de qualidade. Em consonância com o estabelecido na Resolução nº1/99/CEB, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil tornando como princípios pedagógicos norteadores da proposta o respeito à identidade da criança, a interdisciplinaridade, a contextualização, o respeito às diversidades e a inclusão, isso implica assegurar a criança o direito a educação e ao saber de maneira integrada, as ações de educar, o cuidar e o brincar, associando estas funções a padrões de qualidade que visem inserir a criança no seu contexto social, ambiental e cultural. Levando em conta as especificidades de sua idade, por meio de um projeto pedagógico voltado para ludicidade, para o desenvolvimento

Fls. N° 26
Proc. N° 9008/20
Rubrica XX
Paço do Lumiar-MA

das diversas linguagens simbólicas, para as interações sociais, para os jogos e brincadeiras e para vivência da infância.

Nesta proposta, o professor deve observar e conhecer suas necessidades para que seu trabalho atinja objetivos em relação à preservação da vida e ao desenvolvimento das diversas capacidades infantil. Para que isto ocorra, suas atitudes e procedimentos devem basear-se no conhecimento específico do desenvolvimento lógico, emocional e intelectual da criança. Cuidar da criança é acima de tudo, compreender sua singularidade e interessar-se sobre o que ela pensa, sente e sabe de si e do mundo, visando ampliar seus conhecimentos e habilidades, para que aos poucos, torne-se independente e autônoma.

A origem da identidade está no grupo de pessoas com quem a criança convive e interage desde o início da vida, sendo a família o seu primeiro grupo de socialização. Também participa de outros universos sociais, como festas populares de sua cidade ou bairro, igreja, feira onde tem outras experiências, somando-se uma série de valores, crenças e conhecimentos que já traz quando entra na escola.

No entanto, é na escola que a criança alarga suas experiências devido à convivência com outras crianças e com os adultos de origens e hábitos culturais diversos, etnia diferente e conhecimentos de outras realidades distantes. A forma como a criança é recebida pelo professor e pelo grupo tem grandes impactos na formação de sua personalidade e de sua auto-estima, até porque sua identidade está em fase de construção, pois ela possui, como qualquer criança, competências próprias para interagir com o meio. A atitude de aceitação é positiva para todas as crianças, visto que aprenderão sobre a diferença e a diversidade que constituem o ser humano e a sociedade, portanto, a escola cumpre o seu papel de socializadora, à medida que propicia o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio da aprendizagem diversificada e realizada em situações de interação na superação da visão restrita de mundo. Compreender a criança como um sujeito histórico e culturalmente localizada significa dizer que a ação educativa com ela caminha no sentido de ampliar seu repertório vivencial, trabalhando com suas práticas sociais e culturais. Estas oferecem a possibilidade, através das mais variadas propostas, de elaborar e ampliar os conhecimentos, como também, de construir tanto a identidade pessoal de cada criança como a de cada grupo.

6.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Diante dos desafios da sociedade contemporânea e das definições da LDB, há que se pensar o currículo em função da concepção de criança, de desenvolvimento e de aprendizagem.

A organização curricular da creche e pré-escola com fundamentação sociocultural reconhece e valoriza as diferenças existentes entre as crianças de distintas faixas etárias e acredita na interação entre indivíduos, primando pela viabilização dos princípios pedagógicos da interdisciplinaridade, contextualização, diversidade e participação, tomando a realidade das crianças como ponto de partida para o trabalho.

O caráter ativo da criança é visto, aqui, como aspecto relevante, que possibilita a realização de atividades desafiadoras, significativas e prazerosas, constituindo ponto chave para a concretização de autonomia e identidade da criança.

A estrutura curricular da proposta subdivide-se em campos de ação tematizados como:

- Identidade e autonomia (Formação Pessoal e Social)
- Linguagem Oral e escrita;
- Movimento;
- Natureza e Sociedade;
- Matemática;
- Artes Visuais
- Música

Os conteúdos propostos constantes do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) deverão ser feitas nas unidades escolares, em função das características das diferentes fases do desenvolvimento infantil e das formas de agrupamento adotadas.

As atividades serão propostas em função dos interesses das crianças, podendo ser caracterizadas como atividades de livre escolha, atividades coletivas, atividades permanentes ou rotina e atividades para a interação com a comunidade.

A Identidade e Autonomia referem-se às experiências que favorecem a construção do sujeito, e, estão organizados de forma a explicitar as questões que envolvem o desenvolvimento de capacidades de natureza global e afetiva, seus esquemas simbólicos de interação com os outros e com o meio, assim como a relação consigo mesmas. Estes eixos estão intimamente relacionados ao processo de Socialização.

6.2. Linguagem oral e escrita

Conforme RCNEI (BRASIL, 1999), a Educação Infantil, portanto, deve promover experiências significativas de aprendizagem da língua e ampliar as capacidades de comunicação e expressão associadas às quatro competências linguísticas básicas: escutar, falar, ler e escrever.

A linguagem está presente na vida das crianças, tanto nas suas relações sociais do cotidiano, quanto na prática das instituições de educação infantil, o que se dá na medida em que todos se comunicam e expressam seus sentimentos e ideias. Além da linguagem e escrita.

A partir da Educação Infantil, inicia-se o processo de aprendizagem institucionalizada, sistemática, aonde a criança irá se desenvolver de forma harmoniosa, relacionar e integrar-se com o outro, descobrindo sua identidade e conquistando sua autonomia. É no convívio que a criança amplia o seu conhecimento de mundo e se torna um cidadão crítico, criativo, capaz de agir e interagir no seu ambiente e adquire domínio da língua materna através da participação em conversas, brincadeiras e atividades de leitura.

Desse modo, organizar-se-á a prática voltada para a promoção das seguintes capacidades:

- Utilizar a linguagem oral e escrita em situações diversas, permitindo, dessa forma, a expressão de seus pensamentos;
- Adquirir o gosto pela leitura a partir da diversidade de textos e das diferentes técnicas favoráveis a sua compreensão;
- Produzir textos utilizando técnicas diversificadas ou explorando situações do cotidiano;
- Aprender a ouvir e respeitar as opiniões dos outros.

O ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil, nesta proposta, apresenta-se de forma integrada e prática, contemplando 3 blocos: O falar e escutar; Práticas de leitura e Práticas de escrita. Os conteúdos são apresentados em forma de atividades.

6.3 Objetivos específicos

- Explorar o ambiente numa atividade investigativa através da realização de experiências, pesquisas e projetos educativos;
- Apropriar-se das diferentes formas de representação verbal e visual, de modo a interagir com os outros através da linguagem oral e escrita e de outras formas de interação social;
- Desenvolver habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, necessárias a uma vivência saudável;

- Estabelecer relações afetivas com os adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando suas possibilidades de comunicação;
- Ampliar experiências e conhecimentos, interessando-se pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade;
- Ampliar gradativamente as relações sociais, o interesse pelo conhecimento possibilitando atitudes de respeito diversidade, ajuda e colaboração.

6.4 Orientações metodológicas

Falar e Escutar

A linguagem oral é o meio linguístico primordial dos seres humanos. É basicamente através da comunicação oral que a criança desenvolve sua expressão mais forte de toda bagagem cultural que possui e de suas experiências de vida.

Cabe ao professor, portanto, propiciar atividades em que as crianças falem de suas impressões, sentimentos, ideias, desejos e que as escute, traduzindo os seus modos de falar e observando seus gestos e movimentos ao se comunicarem.

A roda de conversa é o momento extremamente importante para ampliação da competência verbal dos alunos, sobretudo por permitir que a criança exercite e desenvolva sua capacidade comunicativa. O professor deve mediar esta situação pedagógica, de modo que através do entendimento do respeito ao tempo de fala do outro, regras sejam construídas, no sentido de colaborar para a fluência do diálogo. A escrita também deve aparecer nestes momentos, no planejamento diário, no registro das regras, na anotação de ingredientes de uma receita, leitura de diferentes fontes de pesquisa (jornais, revistas, enciclopédias, livros), entre outros. Pode-se, ainda, criar momentos nos quais a criança possa ouvir e cantar músicas que conhece declamar poesias, dizer parlendas trava línguas, adivinhas e participar de jogos com rimas e sonorização. As conversações sobre assuntos diversos de forma intencional, passeios, filmes, excursões, acontecimentos, constituem momentos interessantes e indispensáveis para a ampliação do universo discursivo e cultural da criança.

É importante que o professor planeje situações de comunicação que exijam diferentes graus de formalidade, como as expressões de cortesia (bom dia, desculpe, com licença etc.),

conversas, exposições orais, entrevistas, narração de fatos, discussão sobre filme e histórias lidas, apresentação de palco ao vivo com textos memorizados, etc.

Devemos ter em mente, refletindo ainda sobre a questão da oralidade que é um dos objetivos primordiais nesta área do conhecimento, a criação de estratégias para que o aluno utilize em toda plenitude sua oralidade na interlocução com os outros, fazendo com que a sistematização desta, através do registro escrito, tenha para a criança um imediatismo significativo.

Entendemos que a ação pedagógica deve estar voltada para elaboração de objetivos que não dicomizem forma e conteúdo, presentes nos aspectos ortográficos, léxicos e gramaticais da língua. Deve ocorrer em um contexto no qual se reconheça os conhecimentos que a criança já tem acerca da leitura e da escrita, de forma que possibilite a emissão de um sentido a esta prática social, tendo como referência a práxis onde se sustenta.

O que a escola, tradicionalmente, considera como interesse das crianças nem sempre coincide com os delas. A criança, quando entra para a escola, já tem muitos conhecimentos. Não podemos considerar, portanto, que não tenha nenhum conhecimento sobre a língua escrita. Já viu seu nome escrito, já participou de atividades sociais em que a leitura são elementos importantes; enfim, certamente já fez algum tipo de reflexão sobre o significado que tem para ela a leitura ou a escrita. (Teberosky & Cardoso, 1993, p.24).

6.5 Práticas de leitura

A leitura de um texto não começa pelas palavras. Muitas vezes, as pessoas reconhecem um determinado tipo de texto por suas características visuais. A leitura supõe a nossa compreensão, pois é um tipo de diálogo entre o leitor e o texto em que os nossos conhecimentos de mundo também se fazem presentes. É necessário propor antecipações, pois o leitor realiza um trabalho de construção do significado do texto a partir do conhecimento que já possui.

Para começar, nada mais significativo do que trabalhar textos conhecidos como parlendas, músicas, brincadeiras de rodas, trava - línguas que depois de repetidos, possibilitam às crianças atentarem para os aspectos sonoros da linguagem e a forma como são escritos. Cabe ao professor realizar atividades de leitura com frequência, utilizando uma diversidade de textos.

Nessa perspectiva, aprender a ler e a escrever não tem fim em si mesmo; não basta memorizar os símbolos de escrita e saber juntá-los, usando apenas a codificação e decodificação. Entende-se que o conteúdo usado é também pretexto para desenvolver funções cognitivas e operações mentais, tais como identificar, analisar, selecionar, organizar, comparar, diferenciar, levantar hipótese que, se bem desenvolvidas, beneficiarão a criança em outras situações de raciocínio.

Para favorecer a prática de leitura, o professor deve organizar momentos livres de leitura e também, estabelecer o sistema de empréstimo de livros, contemplando as habilidades operatórias, competências procedimentais e atitudinais em que aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e a viver juntos, possam estar em sintonia com o conteúdo.

6.6 Práticas de escrita

O trabalho com leitura e escrita precisa ser simultâneo. A partir dos textos conhecidos, a criança pode escrevê-lo da forma como sabe, identificando a utilização do mesmo no dia a dia.

Todas as atividades devem estar voltadas para a questão sobre o que vem a ser a leitura e a escrita. A sala de aula deve ser um ambiente dinâmico, envolvente, catalisador dos interesses e desejos dos alunos. Nesse contexto o professor tem o papel de mediador, levantando questões sobre as concepções e hipóteses de leitura e de escrita trazidas pelas crianças, além de propiciar situações onde a contradição seja como elemento desestabilizador, a fim de que possam reconstruir sua conceitualização inicial sobre o significado de ler e de escrever. Nesse sentido é importante que os alunos convivam com produções ricas e desafiadoras que possam contribuir, significativamente, para o enriquecimento da imaginação, em que se integra o imaginário ao real.

Deve-se ainda buscar estratégias que contribuam para suscitar na criança o prazer de ler e escrever. Ressaltamos que, para este fim, a emissão de significados representa um meio relevante. Uma estratégia que contribui para esta busca é o professor se fazer mediador, trazendo para a sala de aula e oferecendo aos alunos um acervo diversificado, contemplando nesta heterogeneidade os diversos tipos de textos representantes do acervo escrito produzido pela humanidade, tais como parlendas, trava-línguas, fábulas, poesias, notícias bilhetes etc. Expor para a criança repertório variado contribui ainda para a formação de um leitor autônomo com as

condições necessárias para se relacionar plenamente com o objeto de conhecimento. Para tanto, se torna fundamental que o professor selecione bons textos.

A utilização de alfabeto móvel será de grande ajuda para a criança comparar, descobrir, corrigir, trocar ideias e informações com os colegas, além de permitir fazer e desfazer a escrita.

6.7 Trabalho com história e livro infantil

Ressaltamos a importância de se incorporar no cotidiano a leitura de histórias, que pode ocorrer em todos os momentos, inclusive numa roda de leitura, dando condições às crianças de manuseio dos livros para exploração do material, de modo que elas tenham oportunidade de ler segundo suas hipóteses.

Cabe ao professor a mediação deste processo, contribuindo com informações acerca das especificidades do livro: Nome do livro; Capa; Autor; Ilustrador; Editora, etc. Este momento pode ser enriquecido ainda com a análise da diversidade de funções sociais: livro de contos, de poesias, de receitas, enciclopédia, etc. Deve-se ainda, ouvir as sugestões e respostas das crianças sobre o título: o que vai acontecer; ler para o grupo com entonação; propor que reescrevam a história utilizando da forma mais próxima possível os vocábulos e expressões contidas no texto; incentivar o grupo no universo imaginário no sentido de criar suspense a partir de cada página; solicitar aos alunos: dramatização sobre a história, recriação da história com os mesmos personagens, ilustração da história e registro escrito do nome da história e dos personagens, etc...

Outra maneira de proporcionar o contato com a escrita seria, propor atividades em que aparecem comunicações e informes, leitura de placas, cartazes, nomes, rótulos na cozinha, códigos, avisos de perigo, etc. as crianças poderão copiar desenhar, ou seja, registrar esta pesquisa de várias formas, e mais desdobrá-la, levando a mesma proposta para outros locais da comunidade, sua casa entre outros.

6.8 A CRIANÇA E O MOVIMENTO

Os conteúdos de educação física têm alto valor educativo pelas possibilidades de exploração que proporcionam no ambiente e pelas relações lógicas que favorecem nas crianças, através da relação com objetos, com o espaço, com as pessoas e consigo mesmas. Na primeira infância toda aprendizagem simbólica da criança depende da organização das percepções que ela colhe do ambiente em forma de estruturas cognitivas e motoras, ou seja o significado, depende, mais do que em qualquer outra fase da vida, da ação corporal. (Mourão, 1996)

Respeitando sempre características da criança como a atividade motora, o jogo e a fantasia, a escola de Educação Infantil deve ter como objetivo romper com a imobilidade que a educação sempre impôs aos seus alunos. Ao invés de ter o brincar como um importante conteúdo escolar, o que veio se estabelecendo ao longo da história foi uma separação entre o corpo e a mente – um para transportar e a outra para aprender. Por isso, a escola tem tido atitudes aprisionadoras, entendendo que as crianças para aprender precisam de disciplina, ficando presas ao mobiliário no sentido de receber passivamente os conteúdos impostos por seus professores.

As crianças, desde que nascem se movimentam e, no decorrer do tempo, vão adquirindo maior controle sobre o seu próprio corpo, aprendendo a interagir com o mundo. O Movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. Além de ser um deslocamento de corpo no espaço é uma linguagem que permite às crianças expressarem sentimentos, emoções e pensamentos, ampliarem as possibilidades do uso do gesto e posturas corporais.

O trabalho com o movimento contempla a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da motricidade das crianças, abrangendo uma reflexão acerca das posturas corporais implicadas nas atividades cotidianas, voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança. O corpo é a referência básica para que a criança localize a si e aos outros e construa as posições, esquerda / direita e maturação psicomotora.

A construção do esquema corporal envolve reflexão sobre o corpo, experimentando-o como ação e como linguagem, daí a importância dos jogos simbólicos, das brincadeiras das cantigas de roda que são atividades importantes para desenvolver a percepção e as noções de conjunto além de trabalhar a socialização e a estética da criança nessa faixa etária.

Fls. Nº 34
Proc. Nº 9008120
Rubrica 18
Paço do Lumiar-MA

Os Jogos sejam de regras, motores, e/ ou simbólicos, devem ser espaço para a promoção das mais diversas relações da criança com o conhecimento. Por isso, devem ser situações onde ela possa tomar decisões e agir com sua mente e com seu corpo.

O jogo simbólico é a principal forma desta fase, surgindo na Educação Física sob forma dramatização, quando a criança representa diferentes personagens e vivência variadas situações como ser Tarzan e cruzar pontes perigosas sobre rios cheios de jacarés, um leão que salta de uma pedra, uma guerreira com movimentos fortes. O professor deve planejar o espaço e as atividades de forma que o jogo simbólico possa acontecer num outro espaço que vá além do —Canto do faz de conta na sala de aula.

O jogo motor, é uma outra forma da criança encontrar prazer na realização de movimentos, possibilitando junto com isso interação entre outras pessoas, bem como o desenvolvimento de —capacidades físicas, habilidades e destrezas básicas(Mourão, 1996). Este tipo de jogo revela a primeira forma lúdica que surge com a repetição de movimentos, o que gera na criança satisfação de reproduzir ações tais como palmas, pulos, corridas, lançamento de objetos, jogos cantados, de roda, etc. Estes jogos então são os incluem velocidade de reação, locomoção, saltos, lançamento, equilíbrio, ritmo de percepção (visuais, auditiva, táteis, olfativas e degustativas). Estes movimentos são geralmente simples podendo ser dificultados de acordo com o desenvolvimento da criança.

O jogo de regras faz parte da cultura humana, e especialmente nas brincadeiras infantis. A necessidade de coordenar suas ações com a de outro(s), de se realizar uma atividade com prazer, fez nascer o uso das normas. Os jogos para as crianças da Educação Infantil devem ter regras simples, para que não exijam coordenação de muitas ações, deixando bem explícito o que deve ser feito em cada momento do jogo: se devem correr, fugir, agachar, saltar, parar, etc. Alguns exemplos —Meus pintinhos venham cá!, —Batatinha frita 1,2,3! e —Onde está o grilo? Os jogos de regras são aqueles que exigem da convivência muito mais do que estar apenas brincando lado a lado: exigem a capacidade de se adaptar a situações problema e aos limites.

A competição

Como atividade de jogo a competição sempre existiu, e não se pode negar a existência dos jogos competitivos na cultura infantil. Devemos refletir sobre esta questão, deixando presente a importância de se jogar sabendo-se que alguém vai vencer e/ ou perder.

Proporcionar às crianças atividades e situações onde exista competição é muito importante, alertando-as para o fato de que sempre haverá um vencedor e um vencido, e que um, sem outro, na verdade fica sem função. Discutir com as crianças sobre esta situação as faz pensar sobre o quanto é bom jogar, participar independentemente do resultado, estar em grupo, buscar caminhos com o grupo e/ou individualmente para se chegar a um objetivo, ainda que muitas vezes este não seja atingido.

—De fato, a competição exige a presença do outro. Nenhuma criança poderá sair-se vencedora em um jogo se não houver uma outra que esteja competindo com ela. Nesse sentido, a competição ganha característica de verdadeira cooperação. Creio que a escola deveria explorar principalmente. (Freire, 1989, p.157).

A competição, mesmo sendo uma tradição na história do mundo, sem dúvida passa pelo aspecto de construção de um valor social. O papel do professor neste processo é fundamental, estando ele sempre preocupado em não valorizar o vencedor, evitando as premiações, tão comuns na escola tradicional. As crianças não nascem competitivas no sentido de que estão no jogo, ou em outras situações, para vencerem uma às outras. Muito pelo contrário, a competição é, no momento do jogo, a mola propulsora do saber de participar. Se observarmos crianças de 3 ou mesmo de 4 anos jogando, durante todo o percurso elas estão competindo, e no final, o primeiro vencedor vibra junto com os demais. A cada um que vai chegando, a alegria é geral, todos vão ganhando, são todos vencedores.

6.9. Objetivos específicos

- As atividades devem se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:
- Expressar-se utilizando gestos diversos e estimulando o ritmo corporal nas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação:

- Explorar e controlar movimentos com força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo, gradativamente, os limites e as potencialidades do seu corpo:
- Utilizar movimentos variados em jogos, brincadeiras e danças;
- Apropriar-se da imagem corporal, desenvolvendo atitudes de interesse e cuidado do próprio corpo.
- Perceber e identificar as informações visuais, sonoras e táteis que provêm do ambiente;
- Participar da construção de regras coletivas;
- Desenvolver a capacidade de adaptação a situações, problemas, espaço e regras.
- Vivenciar diferentes situações de jogo;
- Interagir com diferentes materiais;
- Cooperar com outras crianças nas brincadeiras, assim como em outras situações;

6.10 Orientações metodológicas

- Expressividade

Comunicar-se e expressar-se através de movimento faz parte do dia-a-dia da criança nos seus gestos, na dança, nas brincadeiras, na sua postura, etc., que o professor deve aproveitar, criando intencionalmente, oportunidades para que as crianças desenvolvam esses movimentos expressivos.

O espelho constitui-se em uma ótima atividade na qual as crianças aprendem a se conhecer, construindo a sua própria imagem corporal, brincando, fantasiando e assumindo papéis diversos. O professor deve propiciar atividades, de forma sistemática, em que as crianças observem seu próprio corpo e os de outras crianças, pintando-os, desenhando-os, tocando-os, etc., como também proporcionar atividades lúdicas e prazerosas que exercitem o corpo como um todo, executando movimentos rítmicos livres, dirigidos e espontâneos, favorecendo a conquista da confiança em si mesma.

A representação das experiências observadas e vividas pode se transformar numa atividade bastante divertida e significativa para as crianças como: derreter como sorvete, flutuar

Fib. N° 37
Proc. N° 9001/20
Rubrica NY
Paço do Lumiar-MA

como um floco de algodão, balançar como folhas de uma árvore, correr como um rio, voar como gaivota, etc., são exercícios que servem para desenvolver e a criatividade.

Atividades que, também, favorecem o reconhecimento do corpo são os jogos e brincadeiras que envolvam a interação como: Siga o mestre, Seu Lobo, Estátua, etc.

- Equilíbrio e Coordenação

Os exercícios de equilíbrio e coordenação têm um valor para explorar e exercitar os movimentos do próprio corpo, seu ritmo, sua cadência e seu desembaraço, bem como os feitos que sua ação pode produzir.

As atividades de andar, correr, pular, saltar, trabalham a coordenação motora, a orientação espacial, como também as percepções visuais. O professor pode sugerir que as crianças andem livremente para frente, de costas, como as mãos na cabeça, na ponta dos pés, sobre figuras desenhadas no chão, de pernas abertas sobre uma corda esticada etc., assim como pedir que elas percorressem um trajeto com um pé, depois com o outro, com os pés juntos, etc.

Desenvolver atividades com a corda é muito importante na medida em que oferece oportunidades da criança dominar o corpo e o espaço, de combinar o ritmo de seu corpo como o da corda. O professor deve propor exercícios de pular em diversos sentidos, andar em cima da corda, amarrar, puxar, etc.

Para desenvolver habilidades com as mãos e dedos, podem-se utilizar vasilhas como garrafas, jarras, latas e vidros, para transferir líquidos de um para outro, sem derramar, tecelagem, alinhavos, rasgar e amassar jornais revistas, modelar, abotoar, tampar e destampar também são excelentes para o desenvolvimento da coordenação.

A criança pode passar de movimentos espontâneos para atividades integradoras respondendo: a dados verbais ande! corra!, dance!, rebole!, a representação com o corpo – andar de cócoras engatinhando, arrastando-se, pedalando, imitando, personagens de histórias ou musicais.

Podem também propor jogos de acertar o alvo: lançar bola com uma mão, chutar a bola, jogar por cima da cabeça, sempre tentando acertar dentro de um cesto colocado a alguns metros.

- Comunidade - onde as crianças pesquisarão a história da cidade, colecionarão fotografias, folhetos, cartazes, confeccionando mural didático ou mostruários; realizarão entrevistas com idosos e representantes de órgãos de proteção ambiental. Integrando conteúdos de ciências (Natureza) e sociedade, podendo sugerir atividades que fazem a comunidade (pai, mãe, irmãos). Podendo também, confeccionar álbuns que mostrem as diferentes fases do desenvolvimento humano e as transformações decorrentes de cada idade.

2º Bloco: os lugares e suas paisagens

A partir do questionamento das crianças e das observações do professor, é possível direcionar, sistematicamente, a observação dos componentes da paisagem local (cidade, bairro, rua etc.), assim como conhecê-los e reconhecê-los a qualquer momento em que o professor utiliza recursos como: cartões postais, gravuras, recortes de jornais, etc.

É necessário que o professor perceba os assuntos que despertam o interesse da criança, contextualizando-os de forma criativa, permitindo que sua intenção pedagógica tenha sucesso. Os temas sugeridos na sala de aula devem estar relacionados ao dia-a-dia das crianças, integrando sempre o lado social e natural da situação em questão. O professor deve ser o mediador no processo de construção do conhecimento percebido pelas crianças como: os lugares, as paisagens e as mudanças que aconteceram no decorrer dos anos, por ação do homem ou da natureza.

Sugerem-se algumas estratégias que o professor poderá utilizar para enriquecer e vivenciar os temas referentes a este bloco:

- Exposição de fotografias, cartões postais, recorte de jornais etc.;
- Seleção de músicas que falem sobre lugares e paisagens que contem e interprete ideias;
- Desenhos de plantas de rua/croquis;
- Observação de mapas, globos terrestres;
- Confecção de maquetes que retratem paisagens urbanas e rurais e a modificação do ambiente ocasionada pela ação do homem;
- Aula-passeio nos locais de interesse histórico ou patrimônio ecológico.

6.13 A CRIANÇA E A MATEMÁTICA

A matemática está presente na vida de todos. As crianças, desde muito pequenas, se veem diante de situações em que os números aparecem nas suas mais diversas funções,

registrando as contagens, as quantidades, os valores, a temperatura, o horário, a localização. Eles aparecem, também, nos diferentes portadores, tais como: nas portas das casas, nas páginas dos livros, nos relógios, nos telefones, no dinheiro, nas placas dos carros, nos documentos, enfim povoando o cotidiano. Trazê-los para o espaço da sala de aula, da escola, é reconhecê-los como um conhecimento construído historicamente pela humanidade, bem como instrumento para os meninos e meninas melhor se relacionarem com o mundo que os rodeia.

Para que o sujeito aproprie-se de conceitos como o de número, é necessário que exercite a ação mental sobre o social de conhecimento. Ao relacionar quantidades entre si, a criança constrói este conceito, que não é ensinável. Para tanto, o espaço escolar deve propiciar situações significativas de aprendizagem, em que a criança aproprie-se dos conhecimentos matemáticos por aproximações sucessivas às regras que organizam o sistema de numeração.

Contra-pondo-nos assim, à noção de que, preparando as crianças para o contato com as pequenas quantidades estaríamos ensinando os números, ou mesmo num percurso que favoreceria a princípio o treinamento do raciocínio lógico-matemático, reforçamos que ambos não podem ser ensinados externamente, em caráter preparatório para as futuras aprendizagens.

—Assim como a leitura e a escrita é que possibilitam a alfabetização e não vice-versa, o livre trânsito no mundo dos números é que possibilita a construção do conceito de números é que possibilita a construção do conceito de número, qual por sua vez é resultante de classificação, seriação e ordenações. (Deheinzelin, 1994, P.93).

Ao transitar pelo mundo dos números, estamos nos relacionando com as questões relativas à Aritmética, contextualizando-os em quantificações comparadas entre si.

Quando as crianças registram quantidades, têm uma excelente oportunidade de compreenderem o modo de construção do sistema decimal, além de utilizar o registro como elemento estruturador de seu próprio raciocínio. (Deheinzelin, 1994, 117).

O conhecimento matemático (contagem, relações de qualidade, relações espaciais, propriedades geométricas, etc.) é construído pelas crianças através de interações com o meio e com outras pessoas. Para que haja esta interação e para que o conhecimento matemático se efetive, é necessário que em toda situação apresentada para a criança o professor faça comentários,

formule perguntas, provoque desafios e incentive a verbalização e representação escrita da criança. Tudo isso irá permitir à criança fazer descobertas, expor e argumentar ideias próprias, fazer relações, organizar o pensamento, situar-se e localizar-se especialmente, formular e comunicar procedimentos de resoluções de problemas.

Nessa perspectiva, o trabalho da matemática, tem como objetivo maior fazer a criança compreender melhor o mundo em que vive e perceber a utilidade da matemática em seu cotidiano. Para que isso ocorra, é necessário que planejemos situações em que utilizem os números como:

Elaborar listas com números de linhas de ônibus da cidade, números de telefones úteis, números de placas de carro e solicitar a leitura deles, segundo suas hipóteses.

Orientar na organização de fichas onde cada um vai anotar os números referentes a si próprio, tais como: idade, data de nascimento, número do calçado, peso, altura, número de irmãos, número de amigos, etc.,

Trabalhar diariamente, com o calendário para identificar o dia do mês e registrar a data, de acordo com as hipóteses formuladas.

Partindo dos conhecimentos prévios dos meninos e meninas, os conhecimentos já construídos, os fatos, os procedimentos utilizados, as atitudes e valores, estaremos propiciando o estabelecimento de múltiplas relações entre os conhecimentos anteriores e o novo. Portanto, o professor deve valorizar os saberes de cada criança como ponto de partida, viabilizando a construção progressiva da autonomia intelectual, e de um ambiente que inspire a investigação, a troca de informações entre os pares e com o próprio professor.

As fontes de informação presentes na sala de aula que podem favorecer a pesquisa são: o calendário, as listas de endereços, a fita métrica, enfim os textos sociais matemáticos. Segundo Délia Lerner, educadora argentina, —produzir, comparar e interpretar os números são fatores primordiais no trabalho com a compreensão do sistema de numeração.

Além das situações cotidianas, as situações-problema e os jogos constituem-se em propostas privilegiadas de ensino-aprendizagem na Educação Matemática.

Desta forma, destacamos que os jogos:

- Possibilitam registros numéricos, realizando os registros espontâneos as crianças constroem hipóteses sobre as anotações numéricas, e é pensando e interagindo com o mundo dos números que elas poderão se apropriar desse conhecimento;

Propiciam intercâmbio de opiniões entre os jogadores, através das argumentações. Assim, essa situação torna-se mais instrutiva do que simplesmente alcançar o resultado correto;

- Permitem trânsito livre entre os —erros construtivos!, com a lógica da criança que sempre corresponde ao modo convencional socialmente de resolver as questões;

A proposta é trabalhar com a solução de situações-problema, significativas às crianças, a partir de situações cotidianas que possibilitem os registros espontâneos.

Os registros das crianças são testemunhos preciosos que permitem ao professor acompanhar seu raciocínio. Analisando estes registros — as anotações de cada criança —, o professor pode saber o que ela já sabe, como está articulando as informações recebidas e de que informações mais necessita.

(Cavalcanti & Deheinzelin, 1992, p. 69).

Em relação à aprendizagem da matemática, dois aspectos nos chamam a atenção: as atividades lúdicas (jogos e brincadeiras) e a resolução de problemas.

A ideia de que o conhecimento matemático se adquire através de atividades lúdicas é, até certo ponto, correto. Porém, isso só ocorre quando há uma intenção educativa que proporcione à criança algum tipo de conhecimento matemático. Para tanto, é necessário que haja um planejamento do professor, para que os objetivos predeterminados sejam alcançados.

Quando à resolução de problemas na Educação Infantil, as situações devem ser planejadas, contextualizadas, para que possibilitem o uso dos conhecimentos prévios da criança, de estratégias, de diferentes formas de representação e comunicação que justifiquem a busca e a produção de novos conhecimentos.

Os conteúdos de Matemática aparecem de forma integrada, embora elas se subdividam em três blocos:

- Números e sistema de numeração - envolvem contagem, escritas numéricas e operações matemáticas;
- Grandezas e medidas — envolvem a comparação de grandezas e a introdução às noções de medidas;
- Espaço e forma - envolvem posição, propriedades geométricas de objetos e figuras, representação bidimensional e tridimensional de objetos/identificação de pontos/descrição e representação de pequenos trajetos.

música para ninar, dançar, chorar os mortos, brincar, etc., de acordo com os costumes e momentos próprios de cada povo.

Para SNYDERS, o ensino da música pode fazer ouvir e, portanto, fazer-se ouvir. Por si só, ela contribui para o pensamento criativo. A música não deve servir apenas para formar hábitos, atitudes e comportamentos ou para outros propósitos (realização de comemoração e memorização de conteúdos), mas para relacionar-se ao contexto educacional de forma prazerosa, integradora e integrando-os às outras áreas de conhecimentos, sem deixar de lado questões especificamente musicais, pois ela é uma arte que pode atingir, de forma integral, o ser humano.

Portanto, a observação da espontaneidade da criança frente à música pode proporcionar excelente material de estudo de seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor, pois, além de provocar movimentação interna ou externa, ela, sendo trabalhada de forma criativa, provocará respostas criativas das crianças.

6.17 Objetivos específicos

O trabalho com a música deve se organizar de modo a desenvolver as seguintes capacidades:

- Observar, perceber e ouvir sons de diferentes matérias em diferentes ambientes e situações;
- Ouvir e apreciar produções musicais atuais e antigas;
- Produzir músicas com instrumentos existentes ou construídos;
- Brincar com a música, recriar, imitar e reproduzir canções;
- Explorar e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, compondo, improvisando e interpretando músicas variadas.

6.18. Orientações Metodológicas

Deve-se levar em consideração a regionalização, os costumes e os hábitos, a grande diversidade cultural de nosso país, quanto à musicalidade de nosso povo, deve fazer parte de um todo, integrando, comunicando e expressando, através da música, os sentimentos, emoções e a criatividade da criança.

Organizaram-se os conteúdos na área de música, em dois blocos: o fazer musical e a apreciação musical. É necessário que o professor de Educação Infantil, ao trabalhar o fazer musical, falando, cantando e brincando com as expressam musicalmente, para que elas sejam

Fls. N° 43
Proc. N° 9008120
Rubrica N
Paço do Lumiar MA

espaços de ouvir ao seu redor com atenção, pois a escuta é uma das ações fundamentais para a construção do conhecimento referente à música.

Deverão ser organizadas oficinas para a construção de instrumentos musicais que estimulem a pesquisa, a imaginação e a criatividade das crianças, selecionando e utilizando materiais diversos, como: caixa de papelão, grãos, pedrinhas, latas etc. O brincar com a música, ou com os jogos e brinquedos musicais constituem importante fonte para o desenvolvimento da expressão musical.

Outra atividade também interessante é utilizar histórias infantis, especialmente sem legenda, para fazer a sonorização, trabalhando a percepção auditiva, discriminação, intensidade e timbre. O conto de fada e as próprias criações das crianças são materiais ótimos para sonorizar com a voz, o corpo e objeto, transformando-se em atividades ricas e prazerosas.

O professor poderá utilizar jogos musicais variados para que a criança improvise, descobrindo sons, imitando e acompanhando ritmos diversos, como também estimulando a criação de pequenas canções com base nas experiências musicais que já possuem, podendo utilizar, nas canções, rimas com os próprios nomes dos colegas, nomes de frutas, cores, etc.

A música contribui para esse processo de construção, ao favorecer a recepção de informações de modo espontâneo e internalizá-las de modo fácil e significativo.

6.19 ARTES VISUAIS

A arte está presente no dia-a-dia da criança, pois é uma das formas mais significativas da comunicação humana. É concebida como linguagem com estrutura e características próprias, cuja aprendizagem acontece na articulação do fazer artístico, com a aplicação e a reflexão.

As artes visuais colocam a criança em inúmeras possibilidades de comunicação e expressão, através da utilização de diferentes materiais que permitem a transformação, a reutilização e a construção de novos elementos e formas. Elas integram o pensamento, a sensibilidade, a percepção, a imaginação e a cognição da criança.

Piaget afirma que —a arte não entra na criança, sai de lá, daí ser vista como testemunha da história construída através dos tempos e das influências da cultura. Ela emerge como componente curricular no sentido de promover o desenvolvimento cultural e propiciar abertura para a vivência da afetividade, compreensão e expressão.

Contribuir para a formação da sensibilidade das crianças significa incentivar e criar oportunidades para que elas se expressem, ampliem e enriqueçam suas experiências, aumentando suas possibilidades de entendimento da realidade, com o olhar curioso, descobridor, aberto a

entendimento da realidade, aberto a perceber, esmiuçar, buscar o belo, contemplar, comparar, perceber e partilhar.

As modalidades artísticas que podem ser contempladas, na Educação do repertório de imagens, são as artes práticas: desenho, pintura, colagem, montagens e justaposição de sucata, construção, teatro, dança, utilizando os elementos da linguagem das artes visuais – ponto, linha, forma, cor, volume e textura.

É importante que a criança conviva com produções ricas e desafiadoras e seja capaz de ir além, buscando novos conhecimentos, estabelecendo novas relações com o que a cerca, permitindo, também o prazer e o interesse pelo conhecimento e o incentivo à criação.

6.20 Objetivos específicos

Aprendizagem em arte deve garantir oportunidades para que as crianças sejam capazes de:

- Ampliar o conhecimento de mundo através da manipulação de objetos e materiais diversos;
- Representar ideias e sentimentos através de desenhos e pinturas, colagens, construção e jogos dramáticos;
- Produzir trabalhos criativos nas diversas modalidades de artes visuais;
- Interessar-se pelas próprias produções e de outras crianças e pelas obras artísticas apresentadas, valorizando os trabalhos realizados coletivamente ou individualmente;
- Explorar materiais, instrumentos e suportes necessários para produções artísticas;
- Utilizar, em trabalhos práticos, materiais industrializados e de confecção caseira;
- Desenvolver a expressão artística bidimensional e tridimensional, construindo objetos e maquetes.

Os conteúdos apresentados estão organizados em 02 Blocos:

- 1 – O Fazer Artístico;
- 2 – Apreciação em Arte Visuais, que serão explorados de forma integrada, de modo a permitir a compreensão da diversidade da produção artística, através do contato com as imagens e uso de diferentes materiais.

6.21- METODOLOGIA

Pela metodologia perpassa a concepção de sujeito e conhecimento. Sendo muito mais do que um caminho, ela é uma orientação da ação pedagógica, refletida no professor com relação a sua prática.

Fundamentar esta ação priorizando princípios comprometidos com uma visão crítica do mundo e de sociedade, ou seja, com base nos trabalhos de Piaget, Vigotsky, Emília Ferreiro, Wallon, Paulo Freire, entre outros, nos faz pensar e repensar uma prática de educação.

Queremos uma Educação Infantil Longe de uma ação reprodutora ou marginalizadora sendo então uma busca de alternativa onde o professor possa propiciar o desenvolvimento de seus alunos enquanto sujeitos autônomos, construtores de conhecimento e de cultura, bem como a vivência e formação de grupos sociais participativos e cooperativos.

Por isso as salas de aula devem ter características comuns, onde em cada uma delas muitas histórias diferentes irão acontecer. Da mesma forma, o quantitativo de 25 (vinte e cinco) crianças por turma, repensado para que se possa ver cada uma delas e o grupo.

O trabalho deve acontecer com base numa metodologia participativa, entre os professores, os alunos, os pais, com trabalhos em grupos, com pesquisas e questionamentos, numa ação dialógica, deixando aparecer suas diferentes falas, sem perder de vista a individualidade da criança, suas iniciativas particulares, suas preferências. A afetiva não pode ser esquecida, fazendo acontecer um dia-a-dia construtor de relações afetivas, que passa pelo toque da pele, de nosso corpo, da fala, do ouvir, da atitude do professor em se abaixar para falar como as crianças, olho no olho, se preocupando em não ter uma relação autoritária com elas.

O trabalho passa a ser visto desta forma como processo, o que facilita superação de dificuldades durante seu desenrolar, podendo ocorrer mudança de rumo, um novo resultado se necessário. Aliás, o resultado do trabalho deve ser um compromisso, pois assim se poderá avaliar e acompanhar o processo.

Desta maneira, se exclui uma prática com base no fazer por fazer, não se aceita o jogar por jogar, o combinar por combinar, reforçando que a ação pedagógica é um meio para que se atinja aquilo que se pretende, ou seja, os objetivos gerais e específicos, que por sua vez estão atrelados às finalidades educativas, dando início a uma ação em cadeia: finalidades educativas – objetivas – metodologia – planejamento – atividades.

Como citado acima, as finalidades educativas e os objetivos desta proposta devem estar coerentes com o tipo de planejamento e com a execução das atividades. Isto quer dizer que, na riqueza desta criança que é sujeito, produtora de cultura e de conhecimento, a metodologia não pode estar baseada no simples e enfadonho descarregar de informações pelo professor, ou mesmo em atividades mecânicas e repetitivas.

Devemos enquanto educadores ter um olhar, desde as finalidades educativas até as atividades, bastante centrado nas múltiplas estratégias de organização dos conteúdos, trazendo um planejamento com base nos projetos – da própria turma, que envolvam todas as turmas, outros de acordo com a programação do Centro de Atividades, com a comunidade – atividades em pares de crianças, em grupos pequenos, no grupão, entre outras.

Os dias da Educação Infantil podem ser mais proveitosos sob todos os pontos de vista, deixando acontecer as —Rodas de Conversas, as pesquisas em casa ou na própria escola, apresentação de material enriquecedor para as crianças por parte do professor, lanches coletivos, passeios, etc.

6.22 Planejamento

Planejar resulta de reflexão sobre o mundo, sobre a relação do homem-mundo e sobre a prática pedagógica necessária a determinado momento. É um meio orientador do trabalho que indica —o que se pretende atingir e de —como fazer na dinâmica de sala de aula.

O professor não pode deixar de planejar o seu trabalho para não cair na rotina e na improvisação. A melhor forma de garantir uma ação pedagógica efetiva é planejar, de forma integrada, levando em consideração os conteúdos conceituais (o saber), procedimentais (saber fazer) e atitudinais (o ser).

Os Conteúdos conceituais referem-se ao conhecimento de dados, fatos, datas e outras informações que aluno precisa saber.

Conteúdos procedimentais referem-se a habilidades, técnicas e estratégias que o aluno deve adquirir com predomínio de habilidades motoras.

Conteúdos atitudinais referem-se às atitudes, valores e normas considerados necessários para o convívio em uma sociedade democrática. Seu mais eficiente aliado, construindo-o em sua práxis, contemplando neste a sua concepção da transmissão/construção de conhecimento.

Neste contexto, o professor é essencialmente um planejador de estratégias que possibilitem a mediação entre o conhecimento espontâneo da criança e o conhecimento científico. É necessário que o professor valorize o ato de planejar numa direção significativa e que vislumbre no planejamento Seu mais eficiente aliado, construindo-o em sua práxis, contemplando neste a sua concepção da transmissão/construção de conhecimento.

O planejamento tem múltiplas funções, contempla não apenas a intencionalidade de tornar concreta a ação pedagógica, como ainda auxilia o professor na organização dos recursos

materiais, já que a previsão de atividades permite que o material seja selecionado, possibilitando a melhor alocação do tempo.

Inegavelmente o professor é o agente organizador do processo, entretanto, diante do propósito de tornar a prática pedagógica viva e diretamente relacionada com o cotidiano da criança, deve buscar efetivamente a participação de todos no planejamento coletivo da turma, entendendo esta inserção enquanto um exercício diário de construção da coletividade.

O planejamento deve considerar as necessidades das crianças e ser desenvolvido a partir de três vertentes:

- Os conteúdos que julgamos necessário para o desenvolvimento da
 - criança;
 - As vivências infantis que venham contribuir para sua formação cultural
- Os interesses e assuntos sugeridos pelas crianças.

A organização das atividades deve ocorrer de forma interdisciplinar e contextualizada, reunindo as áreas de conhecimentos cujos conteúdos permitem um tratamento pedagógico-didático integrado, onde o professor possa eliminar as barreiras entre as pessoas de modo a buscarem alternativas coletivas de habilidades, de atividades lúdicas e de auto-expressão. Nesse sentido, identifica-se o planejamento como instrumento que garante, através do registro, a visualização da complexa integração dos objetivos, sendo assim, lugar de reflexão da práxis do professor permitindo um constante re-significar desta.

É importante que o professor faça do planejamento um instrumento que facilite sua ação pedagógica tendo claros os seguintes aspectos:

- O que fazer? – Atividades a serem desenvolvidas com as crianças.
- Para que fazer? – São os objetivos, a intenção do que se quer desenvolver na criança ao realizar cada atividade.
- Com que fazer? – São os recursos necessários para a realização das atividades.

Na elaboração do planejamento, há momentos ou etapa que devem ser levados em consideração como norteadores da ação de planejar.

Conhecimento da realidade: onde está inserida a comunidade escolar (possibilidades, recursos, características, necessidades, problemas, etc.)

1. Conhecimento do aluno: sua bagagem cognitiva, social e efetiva que traz para a escola e não pode ser ignorada na previsão das atividades;

2. As relações conteúdo x objetivos: o que trabalhar – conteúdos conceituais, procedimentais, atitudinais e com que finalidade. Devem estar bem relacionados em linguagem clara e compreensível. Os critérios a serem observados na seleção são: conteúdos significativos, logicidade e continuidade.
3. Seleção e descrição de atividades: adequadas aos conteúdos, desafiadoras e motivadoras da aprendizagem para os alunos participarem efetivamente da descoberta e da construção do saber;
4. Previsão de uso de recursos: meio que proporcionem desafios necessários para o enriquecimento das atividades e prendam o interesse da criança ao conteúdo, propiciando uma aprendizagem significativa.
5. Decisões sobre a avaliação: apresentando uma visão do progresso das crianças e do próprio professor, onde o professor avalia observando, registrando os avanços e dificuldades. Esse trabalho ajuda o professor a conhecer o desenvolvimento da criança e o seu desempenho em sala de aula.

As diferentes dimensões dos conteúdos devem ser levadas em conta, uma vez que os conceitos são importantes para a organização e interpretação de fatos, para formação de valores, normas e atitudes, presentes em tudo que permeia o cotidiano da escola, do professor e do aluno.

O Planejamento tem múltiplas funções, contempla não apenas a intencionalidade de tornar concreta a ação pedagógica, como ainda auxilia o professor na organização do espaço e dos recursos materiais, já que a previsão de atividade permite que o material seja selecionado, possibilitando a melhor alocação do tempo.

Inegavelmente o professor é o agente organizador do processo, entretanto, diante do propósito de tornar a prática pedagógica viva e diretamente relacionada com o cotidiano da criança, deve buscar efetivamente a participação de todos no planejamento coletivo da turma, entendendo esta inserção enquanto um exercício diário de construção da coletividade.

6.23. Rotina

O cotidiano nas turmas de Educação Infantil deve ser dinâmico. As atividades não devem possuir significados enfadonhos repetitivos mecanicamente, ou mesmo rígidos. Elas na verdade, além de serem propiciadoras da construção de hábitos em geral, são muitas vezes pontos de referência na movimentação das crianças, auxiliando na ordem dos acontecimentos, orientando a sequência das atividades no dia propiciando segurança, já que os alunos vão ficando a par dos acontecimentos e assim não se sentirão perdidos sem saber o que irá acontecer.

Ao se planejar a rotina das atividades, deve-se levar em conta os horários preestabelecidos para seu desenvolvimento, que se relacionam com o funcionamento do próprio ambiente escolar, como o horário do lanche, a utilização de ambientes comuns aos usuários, etc. Outro aspecto a ser levado em consideração no planejamento das atividades cotidianas é também o próprio ritmo de trabalho do grupo, ora mais calmo, ora mais agitado.

6.24 Avaliação

A avaliação é um processo de reflexão do professor em relação à aprendizagem do aluno e sobre as condições oferecidas por ele, cabendo ao professor investigar a adequação dos conteúdos escolhidos, as propostas lançadas, o tempo, o ritmo do trabalho, no sentido de verificar a aquisição de conhecimentos pelas crianças no processo de aprendizagem e seus objetivos propostos. Portanto, a avaliação é tarefa permanente do professor e instrumento indispensável à construção da prática educacional pedagógica verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento integral da criança. Por tudo isso. Ela deve ser contínua, levando em consideração todos os processos vivenciados pelas crianças, e não somente feita no final de um trabalho.

A avaliação, tida como processo contínuo, constitui um valioso recurso para diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da área cognitiva e psicomotora da criança. Daí a necessidade da estruturação das formas de registro, contendo observação sobre as crianças, suas relações, interações e processos vivenciados em relação ao grupo.

Concebe-se uma proposta de avaliação como processo auxiliador na construção da autonomia da criança, pois através do registro, há a possibilidade, de proceder a uma reflexão sobre a ação pedagógica desenvolvida junto ao grupo de crianças, suas relações, sua interação e processos vivenciados em relação ao grupo e as situações vividas no cotidiano. Desta forma, podem ser utilizados relatórios descritivos, que devem ser elaborados de maneira que:

Ao mesmo tempo em que refaz e registra a história do seu processo dinâmico de construção do conhecimento, sugere, encaminha, aponta possibilidades da ação educativa para pais, educadores e para a própria criança. Diria até mesmo que apontar caminhos possíveis e necessários para trabalhar com ela é o essencial num relatório de avaliação, não como lições de atitudes à criança ou sugestões de procedimentos aos pais, mas sob a forma de atividades a oportunizar, materiais a lhe serem a lhe serem oferecidos, jogos, posturas pedagógicas alternativas na relação com ela. (HOFFMANN, 1996, p.53)

Um processo de avaliação, nessa dimensão, não apenas a criança é avaliada, mas todo o trabalho pedagógico oferecido a ela também, bem como repensado e modificado sempre que necessário. Não é uma avaliação final, pontual, retratando um único momento da criança. Mas uma avaliação processual, que, entretanto, é registrada periodicamente com uma postura de respeito à criança: ao seu ritmo de desenvolvimento, à sua expressão (plástica, oral, escrita, em todos os tipos de linguagem) e as suas idéias, desejos e expectativas, sem, porém, jamais abdicar da procura por ampliar cada vez mais este mundo infantil.

Eis algumas atitudes que o educador deve expressar em relação à avaliação na perspectiva emancipatória e integradora:

- Considerar, ao mesmo tempo, cada um dos seus aspectos específicos: emocional, social, cognitivo e perceptivo-motor;
- Acompanhar o desenvolvimento da criança e verificar em que medida as atividades estão além ou aquém de sua capacidade;
- Identificar o estágio do processo educativo em que a criança se encontra, para redirecionar as atividades de acordo com o desempenho a ser incentivado ou aperfeiçoado;
- Acompanhar a criança nas suas atividades diárias, para compreender seu pensamento, sua maneira de resolver problemas, expressar sentimentos, relacionar-se com os outros e estabelecer ligações entre fatos e objeto.

Desta forma, a avaliação necessita voltar-se com um novo olhar sobre o fenômeno educativo, exigindo a incorporação de novas atitudes e valores, por trata-se de sujeitos socioculturais que produzem conhecimentos a partir das suas vivências, necessitando de uma postura construtivista do educador dos —erros das crianças.

A Lei nº 9394/96, art.31, estabelece que a —avaliação como processo se realiza mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem objetivo de promoção para o acesso ao Ensino Fundamental. Assim sendo, a avaliação não se constitui numa obrigatoriedade do sistema oficial de ensino em determinar índice de aprovação, portanto, é possível fugir de quaisquer procedimentos classificatórios e seletivos que retêm reprovação das crianças na Pré-escola.

A orientação presente nesta proposta é da adoção de um conjunto de ações que auxiliem o professor a refletir sobre situações de aprendizagens vivenciadas através das diferentes áreas do conhecimento e atividades realizadas em momentos e espaços diversos. Esta nova parte

da perspectiva política inclui valores e princípios que refletem a concepção de educação presente na escola. Faz-se necessário que sejam apontados pressupostos básicos para uma proposta de avaliação mediadora que leve em consideração:

- A diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural de aprendizagem, e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem vividas;
- Um professor curioso e investigador do mundo da criança, que aja como mediador, que acompanhe e favoreça novos desafios;
- O processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento da criança, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, que proporcione o repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico;
- A flexibilidade do planejamento, diversidade das atividades e os conhecimentos adquiridos pelas crianças.

A observação, como forma de avaliação, também deve ser planejada para que o professor possa perceber manifestações importantes das crianças. Por meio dela, se pode conhecer mais acerca do que as crianças sabem fazer, pensam e observam e do que ainda lhes é difícil de entender, assim como conhecer mais sobre os interesses que possuem. A prática de observar as crianças indica caminhos para selecionar conteúdos e propor desafios, a partir dos objetivos que pretende alcançar por meio deles. O trabalho do professor se faz pela observação e pelo registro fonte de informação valiosa sobre as crianças, em seu processo de aprender, e sobre o professor, em seu processo de ensinar. Assim, o registro é o acervo de conhecimento do professor, que lhe possibilita recuperar a história do que foi vivido, tanto quanto possibilita avaliá-la propondo novos encaminhamentos.

Criança é um ser social com capacidade afetiva, emocional e cognitiva. Tem desejo de estar próximo às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma a compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar e passam a aprender por meio das trocas sociais com diferentes crianças e adultos, cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas.

Assim, o processo ensino-aprendizagem ocorre de forma gradual, contínua, cumulativa e integrativa, envolvendo ações, sentimentos, erros, acertos e novas descobertas. Nessa etapa, a avaliação deve ter como objetivos auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecer a autoestima do aluno e orientar as ações pedagógicas. No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhassem suas próprias conquistas, dificuldades e possibilidades ao longo do processo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na seção 11, referente à Educação Infantil, artigo 31, preconiza que: “[...] a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

A avaliação deve ampliar o olhar do professor a respeito do contexto da aprendizagem e das atividades realizadas. O docente deve estar atento ao modo como foi executada a tarefa e o que norteou os procedimentos, a saber: o ambiente, os materiais, as escolhas, enfim, tudo que cerca o momento da realização da atividade. A avaliação poderá ser realizada em forma de observação, registro e atividades práticas.

A aprendizagem precisa ser avaliada durante o processo de trabalho, de forma contínua, tendo como objetivo o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos. É nesse momento que o professor pode perceber as dificuldades e os acertos dos alunos.

A avaliação da aprendizagem deve contemplar os momentos em que a criança:

- Exercita os conceitos aprendidos tanto no contexto escolar como no extraescolar;
- Tem oportunidade de interpretar a ação dos adultos;
- Tem possibilidade de expressar os sentidos que atribuiu aos conceitos, modificando-os a partir das relações que estabeleceu.
- Portanto, o olhar do professor sobre os aspectos que facilitam ou dificultam o desenvolvimento das crianças ajudará a organizar e reorganizar outras atividades, os materiais oferecidos, as formas de execução e os agrupamentos de crianças.
- Assim o professor terá como prever, já no planejamento, as ações que contribuirão para alcançar seus objetivos e facilitar o aprendizado do aluno.

Segundo os Referenciais Curriculares, ao avaliar os alunos, analise as seguintes questões:

- De que forma os conhecimentos que o aluno já possui foram considerados?
- Qual o objetivo da atividade? Que desafio ela propõe ao aluno?
- Que providências foram tomadas previamente para que a atividade fosse realizada?
- Que instruções foram dadas para sua realização? Elas foram bem formuladas?
- Que conteúdos/temas estão sendo contemplados?
- O espaço foi previamente preparado?
- Como foi a participação dos alunos?
- Houve interação entre eles?

O registro avaliativo poderá ser realizado na forma de diagnóstico, veja a seguir.

Diagnóstico:

Registrar o perfil do aluno e a fase do desenvolvimento em que ele se encontra no início do ano letivo.

Observação:

Registrar os avanços do aluno ao longo do processo de aprendizagem, e importante que, a cada dia, seja feito pelo menos um registro, pois isso possibilita um retrato dos passos percorridos na construção das aprendizagens. Essa forma de registrar diariamente a caminhada do aluno tem o objetivo de mostrar a importância de cada aula, de cada passo, como uma oportunidade de desenvolvimento.

Relatórios:

(Bimestrais, trimestrais, em forma de áudio, vídeo, fotografias, fichas). Os relatórios deverão registrar os eixos norteadores trabalhados e as reações do aluno diante das propostas oferecidas. Para cada eixo, redija um pequeno texto, sempre levando em consideração o progresso do aluno. Cuidado para que esse relatório não seja apenas um registro contendo “o comportamento que a criança apresentou”, utilizando-se, para isso, de listas uniformes de comportamentos a serem classificados: “atingiu parcialmente”, “não atingiu”, “não apresentou”, “apresentou”, “muito bom”, “bom”, “fraco”, “muito fraco”. A avaliação não deve se reduzir a preencher fichas

Fis. Nº 54
Proc. Nº 9001/20
Rubrica N
Paço do Lumiar-MA

- Facilitar o relacionamento inter e intra-sujeitos envolvidos na atividade (alunos, pais, professores, demais funcionários);
- Desenvolver intervenções pedagógicas planejadas junto às famílias, objetivando o estabelecimento de parceria no processo educativo, bem como convocar e coordenar reuniões sistemáticas com as famílias;
- Orientar as ações do corpo docente;
- Articular e coordenar o planejamento escolar e as atividades da Educação Infantil: festas, excursões, eventos. etc.;
- Desenvolver estudos e pesquisas para aprimoramento da atividade, socializando a produção;
- Implantar, acompanhar e analisar os diferentes instrumentos de capacitação docente (diários, registros, relatórios, projetos);
- Organizar o processo de inscrição dos alunos, bem como: Fichas de acompanhamento, Fichas de rendimento, mantendo-as atualizadas e disponíveis para consulta;
- Participar da elaboração do Projeto Pedagógico da escola;
- Organizar e responsabilizar-se pelo cumprimento do calendário escolar, respeitando o número de dias letivos estabelecidos;

6.28 Do professor Regente

- Participar na elaboração do planejamento escolar;
- Planejar as aulas;
- Prever estratégias e recursos didáticos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos;
- Realizar estudos e pesquisas necessárias ao desempenho de sua prática pedagógica e à educação de maneira geral;
- Selecionar temas adequados, para serem trabalhados em sala de aula;
- Estudar e conhecer o processo de aprendizagem – referente aos níveis da escrita de acordo com Emília Ferreiro.
- Conduzir o processo de ensino;

Fis. Nº 55
Proc. Nº 9001120
Rubrica 18
Paço do Lumiar-MA

- Incentivar a participação de todos os alunos no desenvolvimento de trabalhos, discussões e reflexões em grupo;
- Incentivar o desenvolvimento da capacidade de refletir e agir nos alunos de forma autônoma;
- Fazer a avaliação do processo de aprendizagem do aluno por meio de acompanhamento e registro (Relatório);
- Atender aos pais de alunos na forma estabelecida na proposta pedagógica da escola;
- Participar de ações de capacitação, concretizando seu papel de estudante e pesquisador como atitude necessária a seu aperfeiçoamento profissional;
- Zelar pela manutenção da organização e limpeza da sala;

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias aqui nesse texto remetem ao questionamento sobre a importância do trabalho com educação infantil na Escola Comunitária Alto da Esperança, uma análise do Projeto Político Pedagógico que vem sendo implantado na escola desde sua fundação, e ao longo do tempo vem sendo alterado com informações atualizadas referente educação e escola. Fundamenta-se na construção de um conhecimento que não é pronto e acabado, mas que está em permanente avaliação e reformulação, de acordo com os avanços dos principais paradigmas educacionais da atualidade ou outras alterações que se fizerem necessárias.. Sem dúvida esse tipo de procedimento em estar buscando conhecimentos resulta pontos positivos como algo “novo”, impondo a necessidade de conhecê-la e entendê-la.

Vários estudos de pessoas da área vêm demonstrando interesse e buscando uma forma de articular a teoria e prática para facilitar a atuação das pessoas ligadas área da educação, pois a estratégia de atendimento ui proposta tem sentido de fortalecer o nosso trabalho respaldado sempre despertando curiosidade da equipe pedagógica da escola buscar embasamento teórico para sua prática enquanto educador.

As reflexões realizadas neste texto do PPP levam ao direcionamento: atribuir à realização de ações com mudanças relativas à concepção de ensino que ocorre o tempo todo existe a necessidade de criação de momentos de diálogo com toda a equipe, para que haja reflexão, planejamento e avaliação quanto às ações de promoção a serem desenvolvidas por esta gestão. Para tanto, são necessários saberes teóricos e práticos referentes ao que se quer promover para atuar na melhoria da qualidade do ensino na Escola Comunitária Alto da Esperança, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Com isso percebe-se a importância do Projeto Político Pedagógico ser colocado na íntegra, Baseado na LEI de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, o projeto político pedagógico vem sendo construído com propostas de novos caminhos, para uma escola diferente., percebe-se a mudança acontecendo em parceria com equipe e é notório também a participação de todos, do porteiro ao vigia afinal, não basta somente uma parte de esta trabalhar nessa ótica, é preciso estar todos os membros envolvidos nesse processo

Pode ser que haja a necessidade de umas novas implantações no projeto para sanar lacunas, mas isso na escala ainda é um complemento que surgira no decorrer do processo.

O processo de ensino e aprendizagem é concebido para formar sujeitos autônomos, participantes de um mundo que está em constante mudança, exigindo, sempre, posicionamento e reflexão de quem nele atua. Para isto, as propostas de trabalho para o aluno devem dar condições para que ele exerça a tomada de decisões, desenvolva a capacidade de colaborar e trabalhar em equipe e a capacidade de desenvolver projetos, agindo eticamente.

Procurou-se respaldo em documentos legais para nossa atuação enquanto agente colaborador da educação. Pretendemos construir um trabalho coletivo dinâmico democrático diversificado. O trabalho pedagógico da escola terá como base o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI), a Lei de

Fis. Nº 57
Proc. Nº 9002120
Rubrica IV
Paço do Lumiar-MA

Acompanhar a criança nas suas atividades diárias, para compreender seu pensamento, sua maneira de resolver problemas, expressar sentimentos, relacionar-se com os outros e estabelecer ligações entre fatos e objeto.

Desta forma, a avaliação necessita voltar-se com um novo olhar sobre o fenômeno educativo, exigindo a incorporação de novas atitudes e valores, por tratasse de sujeitos socioculturais que produzem conhecimentos a partir das suas vivências, necessitando de uma postura construtivista do educador dos —erros das crianças.

A Lei nº 9394/96, art.31, estabelece que a —avaliação como processo se realiza mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem objetivo de promoção para o acesso ao Ensino Fundamental. Assim sendo, a avaliação não se constitui numa obrigatoriedade do sistema oficial de ensino em determinar índice de aprovação, portanto, é possível fugir de quaisquer procedimentos classificatórios e seletivos que retêm reprovação das crianças na Pré-escola.

A orientação presente nesta proposta é da adoção de um conjunto de ações que auxiliem o professor a refletir sobre situações de aprendizagens vivenciadas através das diferentes áreas do conhecimento e atividades realizadas em momentos e espaços diversos. Esta nova parte da perspectiva política inclui valores e princípios que refletem a concepção de educação presente na escola. Fazse necessário que sejam

apontados pressupostos básicos para uma proposta de avaliação mediadora que leve em consideração:

- A diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural de aprendizagem, e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem vividas;
- Um professor curioso e investigador do mundo da criança, que aja como mediador, que acompanhe e favoreça novos desafios;
- O processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento da criança, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, que proporcione o repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico;
- A flexibilidade do planejamento, diversidade das atividades e os conhecimentos adquiridos pelas crianças.

A observação, como forma de avaliação, também deve ser planejada para que o professor possa perceber manifestações importantes das crianças. Por meio dela, se pode conhecer mais acerca do que as crianças sabem fazer, pensam e observam e do que ainda lhes é difícil de entender, assim como conhecer mais sobre os interesses que possuem. A prática de observar as crianças indica caminhos para selecionar conteúdos e propor desafios, a partir dos objetivos que pretende alcançar por meio deles. O trabalho do professor se faz pela observação e pelo registro fonte de informação valiosa sobre as crianças, em seu processo de aprender, e

define ele mesmo o conteúdo e as tarefas a serem desenvolvidas, valorizando o que os alunos já sabem ou respeitando o que desejam aprender naquele momento. A Escola Comunitária Alto da Esperança vem desenvolvendo miniprojetos com as crianças.

Dia 9 de Outubro cinema.

Dia 05 de setembro Passeio ao Parque Ambiental da Vale

Dia 22 de novembro Ao Museu,

Dia 26 passeio na Praia com os Pais e crianças.

REFERÊNCIAS

Blog CMEI Tortato. Socioconstrutivismo. Acesso em 27/01/2017. BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em Acesso em 12 de janeiro de 2012. COLARES, M. L. I. S.; XIMENES-ROCHA, S. H.; COLARES, A. A. (Orgs.). Gestão educacional: práticas reflexivas e proposições para as escolas públicas. Belém: GTR, 2012. FERRARI, Marcio. Lev Vygotsky, o teórico do ensino como processo social. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/382/lev-vygotsky-o-teorico-doensino-como-processo-social>> Acesso 18/01/2017. FERREIRA, Luiz Antonio Miguel.

O Estatuto da Criança e do Adolescente e o professor: reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2010. HOFFMANN, Jussara.

Avaliação na pré- escola: um Olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra.

Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011. LIRA, Bruno Carneiro. O professor sociointeracionista e a inclusão escolar. São Paulo: Paulinas, 2007. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em acesso 19/01/2017.

MEC. Módulo de apresentação: ética e cidadania – construindo valores na escola e na sociedade. Brasília, 2011. MEC.

Referencial curricular para a educação infantil. Disponível em acesso 19/01/2017. MELLO, Guiomar Namó.

Educação escolar brasileira: o que trouxemos do Século XX? Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. Método Montessoriano. Disponível em acesso em 29/01/2017. PALANGANA, Isilda Campaner.

Desenvolvimento e aprendizagem e Piaget e Vygotsky. São Paulo: Samus, 2015. (Edição Kindle). PEREIRA, Lucila Conceição.

(Revista Nova Escola <

<https://novaescola.org.br/conteudo/382/lev-vygotsky-o-teoricodo-ensino-como-processo-social> > acesso em 27/01/2017).